

Comunicado nº. 28/78, em 28 de Junho de 1978

A T O D O S O S T R A B A L H A D O R E S :

Depois de vários dias de tensão e actividade intensíssima chegou-se a uma conclusão no que respeita à luta que temos mantido com respeito à Reestruturação. Do que foi todo esse processo, dos resultados a que se chegou e do que pensa este Secretariado vamos dar conta a todos os trabalhadores.

Parte I

A greve estava marcada. Sempre confiámos na aderência dos nossos colegas, sempre confiámos que iríamos montar uma força insuspeitada para aqueles que não estavam dentro da nossa organização. Mas, à medida que os dias e as horas iam passando nós iam substituído a confiança pela certeza. E depois de tudo que já tínhamos diligenciado apenas nos restava esperar que o Governo tomasse conhecimento que se tinha realizado uma das greves mais bem sucedidas entre os funcionários públicos.

Fomos então convocados para uma entrevista com o Director-Geral das Contribuições e Impostos, na segunda-feira (26) às 15 horas. Da parte desta houve um longo preâmbulo tendente a demonstrar que as negociações iam em bom ritmo e que não era possível acelerá-las. Conversa que não constituía qualquer garantia e como tal o entendemos e expressámos logo de seguida. Avançámos então com uma proposta que era do seguinte teor:

Havendo apenas como pontos importantes a negociar na Reestruturação o caso das remunerações acessórias e o reconhecimento das letras propostas para as diversas categorias, sendo o restante menos essencial, propusemos que a discussão base se situasse nesses pontos, e houvesse a garantia por escrito que a Reestruturação seria apresentada a Conselho de Ministros para aprovação no mês de Julho".

O Sr. Director-Geral contrapôs a impossibilidade de se conseguir estudar e achar solução em tão curto espaço de tempo para os "pontos quentes" atrás indicados a fim de assegurar a apresentação para aprovação em Cons. de Ministros da Reest. em Julho/78.

O Secretariado avançou, então, em alternativa, com a exigência de que os efeitos da Reest. no que respeita às novas categorias (alteração de letras) se reportasse a 1 de Julho, para assegurar a sua rápida saída, pois quanto mais demorasse mais retroactivos teriam que ser pagos.

A resposta do Director-Geral foi que a sua competência não podia de forma alguma chegar para tomar tal compromisso, pelo que ia consultar o Secretário de Estado do Orçamento. Tivemos pois um curto intervalo, voltando a ser recebidos pelas 18h e 30m.

A essa hora voltámos a encontrar-nos sendo dito pelo sr. Director-Geral que na manhã do dia seguinte nos entregaria uma garantia escrita.

Perante essa situação, que não era de rejeição nem de aceitação, mantivemos todo o mecanismo destinado à greve, embora não o accionássemos, aguardando uma decisão de última hora que nos pudesse trazer os benefícios que desejávamos.

Na manhã seguinte foi-nos entregue o documento, que juntamos a este comunicado por fotocópia e que tem o número 1.

Se denotava progressões, era manifestamente insuficiente para que desmobilizássemos a acção empreendida. Vejamos: era positivo o diálogo que se ia estabelecer entre

os dois Secretários de Estado. Era-o igualmente o facto de ser afirmado que a Reestruturação teria efeitos a partir do início do mês em que fosse aprovada. Mas era negativo e suficiente para que continuasse marcada a greve, o facto de que quanto a prazos não se passava de um enunciado de boas intenções.

De seguida (meio dia de dia 27) pedimos entrevista ao Secretário de Estado do Orçamento, o qual não nos recebeu directamente mas por intermédio do seu acesor. Dr. Alves Rosa, a quem apresentámos a nossa proposta.

Devia ser-nos dada uma resposta ao princípio da tarde, a qual foi negativa, embora perspectivando uma abertura pois que a afirmação foi de que o Secretário do Estado do Orçamento não se oporia a ela mas que era preciso obter a concordância do Secretário de Estado da Administração Pública.

Para essa Secretaria de Estado seguimos imediatamente, tendo sido recebidos por essa entidade.

Equacionados os problemas acabou por ser-nos dito que devíamos aguardar a reunião a qual iria ter lugar de imediato entre os dois Secretários de Estado.

Dessa reunião saiu o comunicado que nos foi entregue e de que juntamos fotocópia identificada com o nº 2.

Ao que o comunicado diz, temos a esclarecer:

1) As remunerações acessórias foram aceites e vão ser montadas num esquema diferente que permita:

a) Não serem alvo de novos ataques;

b) Não representarem qualquer decrescimo de rendimento em relação ao que agora se recebe mas antes algum lucro;

c) Estarem sempre actualizadas, acabando-se com o famigerado limite de 1974.

2) O decreto-lei que aprova a "Reestruturação" irá já começar a correr os vistos dos ministérios para ser aprovado em Julho.

3) Esse próprio Decreto-lei estabelece que o decreto regulamentar tem de estar aprovado no prazo máximo de 30 dias.

Assim sendo estava contemplada toda a proposta inicial do Sindicato, razão porque desmobilizámos a greve.

Esta desmobilização teve um impasse derivado do facto de na manhã do dia 28 o Director-Geral ter convocado o Secretariado para nova reunião. Reunião que não foi mais do que esclarecer o que se tinha passado e afirmar-nos novamente que a Reestruturação estava praticamente pronta e dar-nos o conhecimento sobre os pontos mais salientes.

Parte II

O assunto merece, sem dúvida, maiores esclarecimentos e reflexões. A necessidade de informar o mais rapidamente possível faz com que terminemos aqui este comunicado, garantindo desde já que ele será seguido de outro, no próximo dia. Só queríamos, desde já, salientar os seguintes pontos:

1) A greve foi suspensa para estes dias mas não anulada. Estaremos vigilantes e não admitiremos desvios ao que ficou acordado e garantido. Se tal viesse a acontecer de novo nos ergueríamos com a força que agora manifestámos e com a nos a razão duplicada.

2) A união de todos nós, a adesão massiça que se verificou tornou possível

uma coisa que parecia impensável: negociar-se num dia uma coisa que o Director-Ge-
ral vinte e quatro horas antes dizia que não podia ser feito num mês.

Depois desta manifestação de união dos trabalhadores da D.G.C.I. em torno da de-
fesa dos seus interesses e em apoio ao seu Secretariado, nós os elementos deste or-
gão sentimos uma vontade redobrada de cumprir os compromissos assumidos.

ÚLTIMA HORA ! ! ! !

Independente de maiores esclarecimentos que vamos prestar no próximo comu-
nicado, avisamos desde já todos os trabalhadores de que todo este processo foi conduzi-
do pelo nosso Sindicato - O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA D.G.C.I. . Os Sindicatos
da Função Pública em nada colaboraram no processo e procuraram exercer uma acção des-
mobilizadora antes de alcançados os nossos objectivos e a despeito de muitos dos seus
associados não perfilharem tal posição. A greve só foi desconvocada às 2 horas da tar-
de de hoje e já de manhã corriam telegramas e comunicados dos Sindicatos da Função Pú-
blica criticando este Secretariado por ter decretado a greve, e fazendo intensa acção
desmobilizadora no seio dos trabalhadores. A quem defende os Sindicatos da Função Pú-
blica? Os trabalhadores? Olhem que não!...

O S E C R E T A R I A D O

BT Belo
Ortufarto
25 Gese
11/60